

# OBRASIL NA ANTARICA

CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos\*

o dia 15 de janeiro de 2020, quase oito anos após o trágico incêndio que destruiu a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e levou à morte dois militares, foi inaugurada pelo Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, com a presença de diversas autoridades civis e militares, a nova EACF. Projetada pelo escritório de arquitetura brasileiro *Estudio 41*, foi construída pela empresa chinesa CEIEC, por um custo de US\$100 milhões. É considerada a mais moderna e bem equipada estação de pesquisa da Península Antártica e uma das mais de todo continente, tem a capacidade de alojar até 64 pessoas. O momento me parece oportuno para falarmos um pouco sobre a história do interesse pela Antártica e sobre como o Brasil foi parar no continente gelado.

## O interesse pela Antártica

A Antártica é um continente de extremos. A temperatura média no verão é de -30° C, enquanto que no inverno é de -60° C. Aproximadamente 98% do continente são cobertos por gelo (espessura média de 2.600 m) durante todo o ano. O continente também é o mais seco da Terra, com precipitação média de 150 mm por ano (tão seco como o deserto do Saara). É o continente com relevo mais acidentado, altitude média de 2.160 m. A área total é de 13.661.000 km<sup>2</sup>, maior que a do Canadá e equivalente a 1,6 da área total do Brasil. A flora é constituída por briófitos e algas, que raramente ultrapassam 5 cm de altura; já a fauna, por aves e mamíferos marinhos e algumas espécies de moluscos e insetos terrestres, além de uma das mais variadas e abundantes comunidades biológicas do planeta, o chamado zooplâncton, tendo o krill (crustáceo parecido com camarão) como seu representante mais



importante. Em termos de riquezas minerais, estima-se que a Antártica seja abundante em petróleo, gás, cobre, urânio, entre outros minerais de grande valor comercial. Isso sem falar que possui 70% da água doce do planeta. Pelas severas condições climáticas, a Antártica é o único continente que não possui população autóctone e também, pela mesma razão, foi o último a ser efetivamente explorado<sup>(1)</sup>.

O navegador inglês James Cook (1728-1779) foi o que, comprovadamente, mais próximo chegou da An-

tártica com seus navios *Resolution* e *Adventure*, em sua segunda viagem de circunavegação, de 1772 a 1775. Em seu diário de viagem não há registro de ter avistado o Sexto Continente e alegou que o gelo impediu por diversas vezes o navio de prosseguir mais ao sul.

Cook falhou em sua missão secreta, que seria justamente a descoberta do continente, chegando a insinuar aos lordes do almirantado inglês no seu regresso que tal continente "talvez nem existisse" ou, se existisse, seria inútil para a Coroa e qualquer outro país, pelas condições inóspitas da região.

Há certo consenso de que o primeiro explorador a avistar efetivamente o continente antártico foi o oficial da Marinha russa, Fabian Gotlieb von Bellinghausen (1778-1852), em 28 de janeiro de 1820<sup>(2)</sup>. A exploração predatória de mamíferos marinhos (o óleo das baleias e a pele das focas) foi o grande atrativo para os exploradores desse continente durante, praticamente, todo o século XIX.

No início do século XX, surgiu a primeira reivindicação formal de território na Antártica. O Reino Unido, em 1908, reivindicou uma área que chegava a incluir as Ilhas Malvinas (*Falklands*), causando imediato protesto do governo argentino. Nas décadas seguintes, a reivindicação foi alterada para o que permanece até hoje conhecido como o *British Antarctic Territory*, separado das *Falkland Islands Dependencies*. Em seguida, reivindicaram, formalmente, territórios na Antártica, a Nova Zelândia, em 1923; a França, em 1924; a Austrália, em 1933; e a Noruega, em 1939.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) acabou por reduzir bastante as expedições para a Antártica, mas não impediu que em 1940 Argentina e Chile, que estavam neutros no conflito, viessem a formalizar seus

Roald Amundsen, norueguês que chefiou a primeira expedição a alcançar o Polo Sul Geográfico em 14 de dezembro de 1911

interesses no continente.

Com a vitória na guerra, os norteamericanos e os soviéticos passaram a ser os dois atores mais importantes no sistema internacional e a posição deles em relação à Antártica passou a ser altamente relevante para o destino daquele continente. Os EUA, que até aquele momento não haviam se posicionado claramente em relação a pretensões territoriais na Antártica<sup>(3)</sup>, realizaram a maior expedição já registrada para a região, até hoje. A operação *High Jump*, de agosto de 1946 a fevereiro de 1947, contou

com a presença do veterano de expedições polares, o Contra-Almirante Richard Byrd, e envolveu 13 navios e cerca de 4,5 mil militares. Oficialmente, os norte-americanos desejavam apenas aumentar o conhecimento sobre a região, mas documentos revelados mais tarde mostraram que o maior interesse era incrementar o adestramento em operações navais em áreas polares, pois havia grande preocupação com uma possível ação ofensiva soviética contra os EUA pelo Oceano Ártico.

Após a Segunda Guerra, a URSS voltou a organizar uma expedição à Antártica (127 anos depois da última, ocorrida no início do século XIX), a *Slava Flotilla*, de 1946, em tese somente com interesses econômicos relacionados à caça da baleia. O posicionamento do país em relação ao continente era assegurar participação em qualquer fórum de discussão sobre o destino da Antártica, pois foram eles que primeiro chegaram efetivamente ao continente, em 1820, como já apresentado anteriormente.

A Guerra da Coreia (junho de 1950 a julho de 1953) acabou inviabilizando qualquer tratativa sobre a Antártica envolvendo a URSS, no início dos anos 1950. Mas com o fim do conflito coreano e com a morte de Stalin (março de 1953), a situação evoluiu no sentido de ser dada mais atenção às solicitações dos cientistas soviéticos que pleiteavam ampla participação do país no Ano Geofísico Internacional — AGI (julho de 1957 a dezembro de 1958). A URSS, que já possuía pessoal com grande experiência em operações no Ártico, dele participou ativamente com a construção de duas grandes estações científicas e outras cinco de apoio. Uma foi instalada em fevereiro de 1956, a estação *Mirny* e outra em dezembro de 1957, a estação *Vostok*, localizada bem próxima do Polo Sul magnético.

Em fevereiro de 1956 foi inaugurada a estação científica de *McMurdo*, até hoje a maior estação na Antártica, chegando a alojar nos momentos de pico do verão até 1.300 pessoas entre pesquisadores e militares de apoio. Na segunda expedição, em novembro de 1956, os norte-americanos construíram a estação científica de *Amundsen-Scott*, também de ocupação permanente e localizada exatamente no Polo Sul geográfico.

Em 2 de maio de 1958, a fim de estabelecer um regime jurídico único para o Sexto Continente e temendo algumas iniciativas da Índia de internacionalização da Antártica, o Presidente norte-americano convidou outros 11 países, incluindo a URSS, para participar de uma conferência que teve início em 15 de outubro de 1959, após dezenas de reuniões preparatórias conduzidas sigilosamente em Washington, D.C. O Tratado da Antártica foi assinado por 12 países, em 1º de dezembro de 1959, e entrou efetivamente em vigor em 23 de junho de 1961, após a ratificação pelos respectivos parlamentos desses países (4).

O Tratado da Antártica é composto de 14 artigos, destacando-se: o uso da Antártica para fins pacíficos, sendo proibido qualquer teste de armas, instalação de bases militares ou a realização de exercícios militares, incluindo testes de armamento de qualquer natureza; a presença de militares e materiais de caráter militar permitida apenas em benefício à pesquisa científica ou para qualquer outro propósito pacífico; a liberdade de pesquisa científica na região; a facilitação da cooperação internacional na Antártica; e o congelamento das reivindicações territoriais anteriores ao Tratado (não

foram reconhecidas, mas não deixaram de existir).

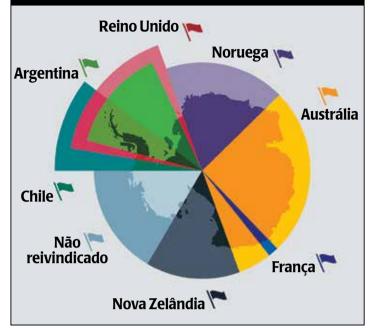
O Tratado, como estabelecido em seu artigo XIII, estava aberto à adesão, mas na prática havia uma distinção entre os países. Os 12 que assinaram em 1959 eram considerados "países originalmente signatários", enquanto que aqueles que aderiram e comprovaram ter realizado "substancial pesquisa científica" passaram a ser considerados "partes consultivas", igualmente com poder de voto e veto no regime. A diferença, em tese, é que estes podiam perder seu *status* caso deixassem de realizar as substanciais pesquisas, o que nunca na prática ocorreu. A terceira categoria de países referese àqueles que aderiram, mas não foram formalmente reconhecidos pelos demais como tendo realizado "substancial pesquisa científica".

Inicialmente, não foi instituído qualquer órgão permanente, mas o Tratado previa que ocorressem reuniões regulares entre as partes contratantes, em que as decisões eram tomadas por consenso. A primeira reunião dos membros do Tratado, as *Antarctic Treaty Consultative Meetings* (ATCMs), ocorreu em 1961. A partir de então, passou a acontecer a cada dois anos até 1994, quando a frequência passou a ser anual.

Dos primeiros exploradores, passando pelos caçadores de foca até chegar aos cientistas, a Antártica foi sendo lentamente descoberta e parcialmente ocupada pelas nações ao longo dos séculos XIX e XX, até chegar o momento em que um acordo jurídico estabelecesse as regras de governança daquele continente. Mas, e o Brasil? O sétimo país mais próximo da Antártica e, por isso, altamente influenciado pelas frentes frias e



### Os sete países que reivindicaram território na Antártica antes do Tratado de 1959



correntes marítimas frias que de lá partem, não estava interessado?

# O Brasil chega na Antártica

Não há registros de qualquer interesse oficial ou comercial brasileiro no continente antártico no século XIX. Entretanto, muitos autores, como a Professora Therezinha de Castro, consideram a expedição científica a Punta Arenas, no Chile, em 1882, chefiada pelo então Capitão de Fragata Saldanha da Gama, comandante da Corveta *Parnahyba*, e pelo diretor do Observatório Astronômico Imperial, Dr. Luiz Cruls, como um fato relevante, por ter ocorrido em região subantártica.

Após a expedição da *Parnahyba* não há registros de interesse ou mesmo de qualquer expedição científica brasileira, mesmo que também para regiões subantárticas, até a década de 1950.

Em 23 de março de 1955, o Estado-Maior do Exército (EME) encaminhou um estudo realizado pelo Tenente-Coronel Wladimir Bouças para o Secretário do Conselho de Segurança Nacional (SCSN). No referido trabalho, o Tenente-Coronel Bouças fez uma análise das reivindicações territoriais feitas por outros países, defendendo que o Brasil poderia reivindicar território. O estudo também defendia "participação do Brasil nos interesses da área antártica, quer do ponto de vista científico quer do ponto de vista internacional". No despacho ao ofício que encaminhou o estudo era expresso o seguinte parecer do EME: "trabalho de alta"

relevância para os interesses futuros do Brasil no que tange à defesa nacional". A SCSN respondeu ao EME, afirmando que "o trabalho tinha sido examinado com atenção e interesse, mas que não parecia oportuna qualquer iniciativa a respeito do assunto".

Considerando que ainda faltavam mais de dois anos para o início do AGI (1957-1958), pode-se especular que havia tempo para uma decisão no sentido de levar o Brasil à Antártica, caso a sugestão do Tenente-Coronel Bouças fosse levada adiante. A primeira reunião específica para coordenação das pesquisas a serem realizadas na Antártica, durante o AGI, ocorreu em Paris, em julho de 1955, e lá não havia representantes brasileiros.

Em 9 de fevereiro de 1956, na capa do jornal *O Globo*, o editorial, com o título *"Também temos direito à Antártica"*, declara apoio à presença brasileira na Antártica.

A próxima realização do ano geofísico está, de modo particular, chamando a atenção do mundo para a Antártica. Isto sugere considerações que "naturalmente nos levam, a nós, brasileiros, a reconhecer que não podemos ficar alheios aos interesses que vem despertando o sexto continente".... (O Globo, 1956).

Em continuação às demonstrações de interesse naquele continente, os Professores Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, ambos do IBGE, publicaram, em abril/junho de 1956, o artigo *A Questão da Antártica* na Revista do Clube Militar. Neste, defendem a chamada "Teoria da Defrontação", pela qual o Brasil teria direitos territoriais na Antártica e deveria fazer valer esses direitos.

Em 1957, a Escola Superior de Guerra (ESG) transmitiu estudo realizado por um grupo de trabalho ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), a quem era diretamente subordinada. Advertia para a importância estratégica da Antártica, "chave do domínio dos mares e ares do sul da Terra [...] quem dominar os polos, dominará o mundo".

Em 30 de julho de 1958, o Brasil encaminhou nota diplomática de protesto ao governo dos EUA, por não ter sido convidado para participar da conferência que trataria sobre a governança da Antártica. A referida nota não teve resultado concreto e o país não participou da conferência. Na realidade, o Brasil não havia efetuado trabalhos científicos nem realizado expedição à Antártica, como foi o caso dos 12 países participantes da conferência em Washington, D.C. A Marinha do Brasil (MB) não possuía navios e nem adestramentos

adequados para operações em áreas polares. Durante o Ano Geofísico, a Marinha realizou diversas pesquisas científicas e coleta de dados oceanográficos, mas todas em águas próximas do litoral brasileiro, incluindo o estabelecimento de uma estação meteorológica permanente na Ilha de Trindade.

O primeiro brasileiro a estar na Antártica foi o médico e jornalista Durval Sarmento da Rosa Borges, que por sua iniciativa, conseguiu ser convidado pelos norte-americanos. No regresso da viagem, Durval Borges escreveu o livro *Um brasileiro na Antártida*, publicado em 1959.

Em 1960, o IBGE lançou o *Atlas* de *Relações Internacionais*, onde aparece o território que o Brasil teria direito na Antártica, pela "Teoria da Defrontação", por influência

da Professora Therezinha e do Professor Delgado de Carvalho, que lá trabalhavam. A Professora Therezinha passaria a ser um dos maiores nomes de nossa Academia, em relação ao pensamento estratégico sobre aquele continente, tendo escrito diversos artigos e lançado o livro *Rumo à Antártica*, em 1976.

(DEFRONTAÇÃO)

BRASIL

Além do Atlas de Relações Internacionais do IBGE, merece registro a participação de três oficiais da MB, aperfeiçoados em hidrografia, em três diferentes expedições chilenas à Antártica, a convite daquele país. Foram eles os Capitães de Corveta Sálvio Augusto de

Oliveira Martins (1963-1964), Mario Edelman (1964-1965) e José Henrique França Gomes (1966-1967). Foram os primeiros militares brasileiros a estarem no Sexto Continente.

A ciência brasileira somente chegou à Antártica acompanhando a operação *Deep Freeze* de 1961, dos EUA, com o meteorologista Rubens Junqueira Villela, da USP, sendo o primeiro brasileiro a chegar no Polo Sul, em novembro de 1961.

A crise mundial dos preços do petróleo de 1973, a alegada Teoria da Defrontação da Professora Therezinha de Castro, 1956

EQUADOR

Galápagos (CHILE)

BRASIL

ONUMBRITINA

ONUMBRITINA

LEQUADOR

BRASIL

ONUMBRITINA

ONUMBRITINA

ANTIGORA

CHILE

ONUMBRITINA

revisão do Tratado da Antártica, em 1991 e, consequentemente, a possibilidade de prospecção mineral no continente sem a presença do Brasil levaram o Ministério das Relações Exteriores (MRE) a submeter proposta de adesão ao Tratado para o Presidente ainda no começo de sua gestão. Em 16 de maio de 1975, o Presidente Geisel assinou o termo de adesão ao Tratado encaminhado ao governo norte-americano, que era o país depositário do mesmo.

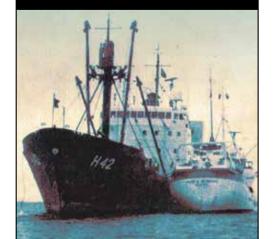
Após a adesão, por determinação do Presidente, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo Itamaraty, foi estabelecido para propor a Política Antártica Brasileira. Esse grupo reuniu-se sob sigilo em Brasília, de setembro a dezembro de 1975,

numa primeira fase. O relatório do grupo, em forma de anteprojeto, previa a criação de dois órgãos: a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), órgão interministerial responsável pela formulação política, e o Instituto Antártico Brasileiro (IANTAR), responsável pela execução do Programa Antártico Brasileiro. O IANTAR ficaria sob a estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (5).

Ainda em setembro de 1975, o Chanceler Azeredo da Silveira visitou o Reino Unido, onde recebeu oferecimento de diversos tipos de apoio para um programa

antártico brasileiro. Entre esses apoios, estava o convite para embarque de um observador a bordo do HMS Bransfield e no HMS Endurance na próxima comissão do programa antártico inglês. O Itamaraty repassou o convite para a Marinha, que selecionou o Capitão de Corveta Luiz Antônio de Carvalho Ferraz para embarcar na expedição britânica àquele continente, de 27 de dezembro de 1975 a 9 de março de 1976. Depois dos três oficiais da MB que embarcaram em três diferentes expedições chilenas na década de

Navios Barão de Teffé, da Marinha do Brasil, e Professor Besnard, da USP, durante as primeiras expedições brasileiras à Antártica



1960, Ferraz foi o primeiro brasileiro em uma missão oficial a pisar na Antártica. Em seu relatório afirma ter sido muito bem recebido e que o oferecimento dos ingleses parecia ter motivações políticas, numa tentativa de atrair o Brasil para a área de influência deles em assuntos antárticos, numa possível contraposição às iniciativas argentinas.

Como parte do processo de estruturação administrativa da Marinha para conduzir o Programa Antártico, por determinação do então Ministro da Marinha, Almirante Maximiano da Fonseca, foi criada em 19 de dezembro de 1979, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), órgão subordinado diretamente ao Ministro da Marinha. Em 12 de janeiro de 1982 foi criado o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), até hoje gerenciado pela CIRM, estando dentro da estrutura administrativa da SECIRM.

Mas a Marinha ainda não possuía navio adequado para operações em regiões polares. Em 28 de setembro de 1982, a MB incorporou na Dinamarca o navio *Thala Dan*, que recebeu o nome de *Barão de Teffé*.

Em 20 de dezembro daquele ano, teve início a primeira expedição científica à Antártica, com os navios NApOc *Barão de Teffé* e o NP *Professor W. Besnard*, da USP.

A Força Aérea Brasileira (FAB) fez-se presente na Antártica pela primeira vez com o pouso de uma aeronave *Hércules C-130*, em 23 de agosto de 1983, na Estação chilena Presidente Eduardo Frei e desde então tem exercido um papel fundamental no PROANTAR, sendo responsável por, em média, dez voos anuais de aeronaves *C-130* para transporte de pessoal e material do programa.

Em 12 de setembro de 1983, durante a V Assembleia Consultiva Especial ocorrida em Canberra, Austrália, o Brasil foi aceito como membro consultivo do Tratado da Antártica, juntamente com a India. Antes, apenas a Polônia e a Alemanha tinham alcançado esse *status* de membro consultivo.

Em 3 de janeiro de 1984 suspendeu do Rio de Janeiro o NApOc *Barão de Teffé* para a segunda expedição brasileira à Antártica, dessa vez, com a importante missão de construir a estação científica brasileira. Foi selecionada uma área onde já existira uma estação baleeira e, posteriormente, meteorológica inglesa, dentro da Baia do Almirantado, na ilha Rei George. A montagem da estação ocorreu de 25 de janeiro a 5 de fevereiro de 1984<sup>(6)</sup>.

Em 6 de fevereiro de 1984, o Brasil inaugurou sua estação científica na Antártica, a Estação Antártica

Comandante Ferraz (EACF), em homenagem póstuma ao Capitão de Fragata Luiz Antônio de Carvalho Ferraz. O primeiro chefe da estação foi o Capitão de Corveta (FN) Edison Nascimento Martins.

A Antártica, um continente possuidor de inúmeras e ainda inexploradas riquezas minerais e água, não deveria ser motivo de descaso para algum país que pretenda ser protagonista no cenário internacional, ainda mais um país tão próximo daquele continente. O Brasil, que ainda se encontra na periferia dos centros de poder mundial, não deve abrir mão de pelo menos possuir uma liberdade em desenvolver seu próprio pensamento. Precisamos melhor entender sobre a importância de estarmos no Sexto Continente e desenvolvermos uma pesquisa de qualidade. Que seja então lançado o debate, não apenas nas Forças Armadas e no Instituto Rio Branco, mas também na Academia, de maneira ampla. Este artigo se propõe, por fim, a uma pontual contribuição nessa direção.

### **Notas:**

- (1) Dados gerais sobre a Antártica retirados do https://www.comnap.aq/Information/SitePages/ Home.aspx e http://www.coolantarctica.com/Antarctica%20fact%20file/fascinating\_facts about\_antar.htm . Acesso em: 2 fev. 2020.
- (2) Bellingshausen já havia participado da primeira viagem de circunavegação russa de 1803 a 1806, comandada por Adam Krusenstern (1770-1846).
- (3) Havia duas correntes opostas nos EUA. Uma era a do Almirante Byrd, que defendia a ideia de que os EUA tinham que reivindicar formalmente território; e outra a de que o país deveria assumir a corrente internacionalista, ou seja, a Antártica seria um bem de toda a humanidade.
- (4) Países que assinaram o Tratado e que reivindicaram território antes da Conferência de Washington (1959): Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido. Países que assinaram e não reivindicaram território antes do tratado: África do Sul, Bélgica, Estados Unidos da América, Japão e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
- (5) Cópia dos relatórios elaborados pelos representantes da Marinha do Brasil no grupo de trabalho foram cedidos pelo Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia da Marinha para esta pesquisa.
- (6) Dados obtidos do "Relatório da Operação Antártica II", de 1984, elaborado pelo coordenador da CIRM que acompanhou a expedição, Capitão de Fragata Fernando S. N. de Araújo.
- Este artigo teve como principal referência a dissertação de mestrado do autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança da Universidade Federal Fluminense, defendida em fevereiro de 2015, disponível em http://ppgest.uff.br/images/Disserta/2015/LEONARDOFARIAMATTOS.pdf

<sup>\*</sup>Encarregado do Setor de Geopolítica da Escola de Guerra Naval